

Estrutura patriarcal e institucionalização de crianças e adolescentes

Patriarchal structure and institutionalization of children and adolescents

Larissa de Souza Alves Mapa*  
Rita de Cássia Pereira Farias**  

Resumo: O artigo analisa como a estrutura patriarcal, articulada a políticas familistas, potencializa a responsabilização das genitoras pelo “fracasso” na tarefa do cuidado, acarretando a institucionalização de crianças e adolescentes. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, exploratória e bibliográfica com realização de entrevistas semiestruturadas junto a psicólogos e assistentes sociais que atuam nas unidades de acolhimento institucional estatal dos municípios mineiros de Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé e Ubá. Os dados submetidos à análise de conteúdo por meio do software Iramuteq evidenciam que, apesar de avanços legislativos, o patriarcado reverbera fortemente na institucionalização de crianças e adolescentes, refletindo na dinâmica das instituições e nos acompanhamentos familiares durante o período do abrigo.

Palavras-chave: Criança e adolescente; Institucionalização; Violência; Patriarcado.

Abstract: The article analyzes how the patriarchal structure, linked to familial policies, increases the responsibility of mothers for “failure” in the task of care, leading to the institutionalization of children and adolescents. The research has a qualitative, exploratory and bibliographical approach with semi-structured interviews carried out with psychologists and social workers who work in state institutional reception units in the Minas Gerais municipalities of Ponte Nova, Manhuaçu, Muriaé and Ubá. The data submitted to content analysis using the Iramuteq software shows that, despite legislative advances, patriarchy strongly reverberates in the institutionalization of children and adolescents, reflecting on the dynamics of institutions and family support during the period of shelter.

Keywords: Children and adolescents; Institutionalization; Violence; Patriarchy.

Introdução

Esta pesquisa, resultado de uma dissertação de mestrado, analisa a relação entre a estrutura patriarcal e a institucionalização de crianças e adolescentes em decorrência da perda do poder familiar. Esse debate se justifica porque acredita-se que o sistema patriarcal moldou historicamente a estrutura familiar que atribui às mulheres a responsabilidade primordial pelos

* Universidade Federal de Viçosa. E-mail: larissamapa.as@gmail.com

** Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rcfarias@ufv.br

cuidados, enquanto dos homens é esperado a provisão, o domínio e o poder familiar. Essa construção social se perpetua com o avanço da sociedade capitalista, trazendo implicações na vida familiar de diversas crianças e adolescentes.

A relação de superioridade masculina e inferioridade feminina, construída historicamente e socialmente, imprime a imagem ou a ideia dos homens enquanto “proprietários” das mulheres, podendo ocasionar diversos casos de violência e opressão, não só sobre as mulheres, mas em relação aos filhos também, tornando-os ainda mais vulneráveis. Quando essa estrutura é questionada, e mulheres e filhos negam os mandos masculinos ou deixam de atender às expectativas que recaem sobre eles, acontece uma ameaça ao poder masculino, o que, frequentemente, é respondido com violência e tentativas de fazer calar a voz daqueles e refrear seu comportamento.

Constantemente o abuso de autoridade familiar se expressa no controle abusivo sobre esposas, reverberando em situações de abuso, violência doméstica e exploração sexual. Diante da violência sofrida, em decorrência do medo do agressor ou dependência financeira e emocional, muitas mulheres acabam se retraindo e se silenciando, mantendo a estrutura patriarcal de poder.

Na reprodução da estrutura patriarcal, na qual é esperado que as mulheres sejam as responsáveis pelo cuidado, além de presenciarem e sofrerem violência, frequentemente elas são ameaçadas, responsabilizadas e culpabilizadas pela “falha” no cuidado e na proteção dos filhos, o que culmina na perda do poder familiar. Essa situação de desproteção social muitas vezes acontece porque a mulher está envolvida em outros cuidados (com a casa, idosos, deficientes), está realizando atividades profissionais ou é acometida pelo uso de substâncias psicoativas. Tal ocorrência reflete um quadro no qual as principais expressões da questão social que justificam o abrigamento infantojuvenil são a de negligência (com a maior responsabilidade das mulheres) e a violência intrafamiliar. Assim, as denúncias de violência física e psicológica, praticadas por membros da família, acabam encaminhando crianças e adolescentes para abrigos, a fim de serem protegidos.

Ainda em decorrência da estrutura patriarcal, o acompanhamento familiar dentro dos abrigos e os pedidos para reaver a guarda familiar frequentemente são feitos pelas mulheres (mães, tias e avós), e não pelos homens (pais, tios e avós). Esse processo mostra que há uma correlação entre a estrutura patriarcal e a institucionalização das crianças e adolescentes,

atrelada a políticas familistas¹, que têm implicações no processo de violação de direito das crianças e adolescentes e na institucionalização desses sujeitos.

Deste modo, este artigo tem como objetivo analisar como a estrutura patriarcal potencializa a responsabilização das genitoras, acarretando a institucionalização de crianças e adolescentes na mesorregião da Zona da Mata Mineira. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, foi desenvolvida na mesorregião da Zona da Mata Mineira, que possui sete municípios: Ponte Nova, Muriaé, Manhuaçu, Viçosa, Ubá, Juiz de Fora e Cataguases. Entretanto, participaram da pesquisa quatro municípios - Ponte Nova, Muriaé, Manhuaçu e Ubá - pois Juiz de Fora e Viçosa não possuem unidades estatais de acolhimento de crianças e adolescentes (Casa Lar e Abrigo)², e a gestão do município de Cataguases não autorizou a realização das entrevistas. Como o município de Muriaé possui duas unidades de acolhimento, a pesquisa contou com a participação de cinco instituições.

Após a autorização das unidades de acolhimento, foi realizado o contato com os assistentes sociais e psicólogos que compõem a equipe técnica de nível superior dessas instituições, para dar início às entrevistas semiestruturadas. Participaram das entrevistas oito técnicos de nível superior (assistentes sociais e psicólogos) que atuam nas cinco unidades de acolhimento. As entrevistas realizadas de forma *online*, via *Google Meet*, foram gravadas e posteriormente transcritas. Todos os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética por meio da Plataforma Brasil.

Os dados foram trabalhados pela análise de conteúdo que contou com a utilização do software de análise de textos Iramuteq, utilizando as ferramentas *Nuvem de Palavras*, *Análise de Similitude* e *Análise Fatorial de Correspondência*. O Iramuteq apresenta os resultados da análise em mapas de similaridade, em que palavras ou termos que compartilham contextos similares são agrupados ou visualizados próximos uns dos outros, possibilitando observar as estruturas semânticas do texto.

A *Nuvem de Palavras* no Iramuteq é uma representação visual que exhibe as palavras mais frequentes em um corpus de texto. Cada palavra aparece em tamanhos diferentes, dependendo de sua frequência no conjunto de dados analisado. As palavras mais frequentes

¹ As políticas familistas são um conjunto de políticas públicas e sociais que consideraram a família como instituição central da sociedade, enfatizando o papel da família na organização social e econômica. Essas políticas se amparam em modelos familiares convencionais relacionados ao casamento, à parentalidade e à divisão de papéis entre os membros da família. As políticas familistas também estão associadas a valores conservadores que reforçam papéis tradicionais, nutrindo a ideia de que a mulher é a principal responsável pelos cuidados familiares.

² Em Juiz de Fora, as unidades de acolhimento são municipais. Em Viçosa, o acolhimento de crianças e adolescentes é feito por meio de um consórcio intermunicipal que atende 8 municípios.

aparecem com maior destaque, em tamanho maior, enquanto as menos frequentes são representadas de forma menor. Essa nuvem ajuda a identificar rapidamente os termos mais recorrentes em um texto ou conjunto de textos, oferecendo uma visão geral do conteúdo central e dos temas predominantes. Nesta pesquisa foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior a três ocorrências.

A *Análise de Similaridade* no Iramuteq é utilizada para mapear como as palavras se associam entre si dentro de um texto, revelando padrões de significado e relações contextuais de maneira visual e interpretativa. A ferramenta é útil para identificar temas centrais, explorar associações semânticas e examinar como diferentes tópicos ou conceitos se interrelacionam em um corpus.

A *Análise Fatorial de Correspondência* (AFC) permite identificar padrões de coocorrência e proximidade semântica, revelando a estrutura implícita do texto, organizando dados complexos de maneira visual e interpretável. O resultado da análise é apresentado em gráficos bidimensionais ou tridimensionais, em que as palavras ou categorias são representadas como pontos. As distâncias entre esses pontos indicam a proximidade semântica entre as palavras ou temas. As palavras ou categorias próximas no gráfico indicam que elas têm uma coocorrência mais forte ou aparecem em contextos semelhantes. Já as palavras distantes indicam que suas coocorrências são mais fracas ou que pertencem a contextos diferentes.

Na construção do artigo, discutiu-se o lugar do feminino na sociedade patriarcal, examinando os reflexos da violência intrafamiliar na institucionalização de crianças e adolescentes, a responsabilização feminina pelo cuidado de crianças e adolescentes, e a importância do trabalho intersetorial na rede protetiva.

O lugar do feminino na sociedade patriarcal

Nessa discussão, parte-se da compreensão de que a família não é uma instituição natural, mas uma construção histórica, social e política, sustentada por ideologias que reforçam as opressões de gênero, com fortes impactos na vida das mulheres, como destacaram Fraser (2023) e Saffioti (2015).

Segundo Saffioti (1987), a propriedade privada e a divisão sexual do trabalho foram decisivos para consolidar a opressão feminina e a estrutura patriarcal. A autora afirma que a opressão às mulheres é uma construção histórica, negando então o patriarcado enquanto uma estrutura natural e biologicista; afirmando seu caráter social e histórico. Ainda segundo a socióloga, a propriedade privada marca o controle da herança e da reprodução biológica,

impulsionando o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho, relegando às mulheres ao espaço doméstico, no qual cabe à mulher exercer o cuidado com a casa e com seus membros.

Para Saffioti (1987) o patriarcado antecede ao capitalismo, enquanto um sistema de dominação masculina historicamente estruturado; que é amplamente conveniente e apropriado pela sociedade capitalista para a manutenção dos privilégios de classe e da propriedade privada, perpetuando a opressão às mulheres.

Desde a Revolução Industrial, a participação das mulheres no mercado de trabalho esteve vinculada a uma exploração intensificada. Profissões predominantemente femininas, como cuidados de saúde, educação infantil e serviços domésticos, refletem a extensão das atividades domésticas para o mercado formal, mantendo baixos salários e condições precárias. Essas atividades formam “a base das condições de existência do capitalismo”, mas são constantemente negligenciadas pelo sistema econômico.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o papel das mulheres foi ajustado para atender às demandas de produção e reprodução social. A Teoria da Reprodução Social (TRS), discutida por Lise Vogel (2022) e Tithi Bhattacharya (2017), destaca que a divisão sexual do trabalho e a responsabilização das mulheres pelo cuidado são ferramentas estruturais para a manutenção do capitalismo. O capitalismo depende das atividades socioreprodutivas realizadas majoritariamente por mulheres, como cuidado com os filhos, manutenção do lar e suporte emocional. O processo reprodutivo e biológico de gerar e garantir a continuidade da mão de obra e a produção social possibilita a perpetuação da exploração da força de trabalho capitalista.

Embora as mulheres sejam incorporadas ao mercado de trabalho formal, elas continuam sobrecarregadas pelo trabalho doméstico e de cuidado, resultando em uma “dupla jornada” de trabalho. Bhattacharya (2023, p. 634) argumenta que essa dinâmica reflete a exploração da força de trabalho feminina, perpetuando a ideia de que o cuidado é uma responsabilidade individual atribuída às mulheres.

Saffioti (1987, p. 18) destaca que a inferiorização das mulheres não é um fenômeno biológico ou natural, mas socialmente construído. Na visão da autora, a opressão feminina está relacionada à marginalização das mulheres no sistema produtivo, reforçada por uma ideologia patriarcal que naturaliza os papéis de gênero. Fraser (2023, p. 50) complementa que a separação estrutural entre produção econômica e reprodução social, baseada em gênero, reforça a subordinação feminina e a exploração do trabalho não remunerado.

Embora as atividades socioreprodutivas e do cuidado sejam fundamentais para a sobrevivência humana e a base da reprodução social e, conseqüentemente, do capitalismo, sua desvalorização e invisibilidade reforçam as desigualdades de gênero e a exploração econômica.

Como resultado, a exploração feminina no trabalho formal e doméstico é intensificada. Nesse sentido, Fraser (2023, p. 46) argumenta que o sistema capitalista apresenta uma “contradição socio-reprodutiva”, uma vez que a lógica de acumulação ilimitada desestabiliza os próprios processos de reprodução social dos quais o sistema capitalista depende.

Fraser (2023, p. 48) destaca que a produção econômica capitalista não é autossustentável, pois depende da reprodução social. No entanto, o impulso da acumulação ilimitada no capitalismo contemporâneo ameaça desestabilizar os processos reprodutivos essenciais. Além disso, o capitalismo financeirizado, caracterizado pelo desinvestimento estatal em políticas de bem-estar social e pela mercantilização do cuidado, agrava essa situação, institucionalizando a divisão entre produção e reprodução baseada em gênero, apresentando-se como um sistema que perpetua a opressão das mulheres. Assim, o trabalho do cuidado é mercantilizado para quem pode pagar e privatizado para os mais pobres (Fraser, 2023, p. 62).

Essa lógica gera cadeias globais com terceirização do cuidado, em que mulheres pobres, negras, imigrantes ou de regiões periféricas realizam o trabalho anteriormente desempenhado por mulheres de classes privilegiadas. Esse ciclo evidencia uma contradição estrutural entre produção e reprodução, reforçando as desigualdades de gênero, classe e raça.

A simbiose entre patriarcado, capitalismo e racismo cria um sistema complexo de opressão, especialmente para mulheres negras e de classes subalternas. No Brasil, essas desigualdades são intensificadas desde os primórdios do processo de colonização, quando as mulheres negras assumiram funções de cuidado de suas próprias famílias e a de seus patrões, refletindo uma hierarquia de raça e gênero profundamente enraizada (Saffioti, 2004, p. 52).

A ideologia patriarcal, sustentada por instituições sociais e religiosas, naturaliza a responsabilidade pelo cuidado como algo inerente às mulheres, especialmente no âmbito familiar. Segundo Saraceno e Keck (2010), as políticas públicas familistas³ reforçam esse papel, ao transferir a responsabilidade social do Estado para as famílias, concentrando-a nas mulheres.

Arantes (2024) afirma que a responsabilização pela proteção social para a família acontece especialmente entre as mulheres cujos filhos (crianças e adolescentes) dependem de cuidados básicos, tais como banho, alimentação, locomoção, troca de fraldas etc., o que acontece, principalmente, no caso de crianças pequenas ou de pessoas com deficiências.

³ Segundo Esping-Andersen (1989), Estado familista é aquele cujas políticas públicas de proteção social são fundadas na transferência de responsabilidades do Estado para a família. Ao contrário, existe a categoria desfamilista que, segundo o autor, se refere àqueles Estados que assumem a responsabilidade pela proteção social por meio de políticas públicas universais, políticas para o cuidado e para a família.

A visão de que as mães são as responsáveis pelo cuidado dos filhos e a acusação de que elas fracassaram em sua “missão”, acrescido de políticas familistas que nutrem essa representação, levam as mulheres a, frequentemente, não conseguirem cumprir com as expectativas que recaem sobre elas, principalmente quando convivem com tantas vulnerabilidades e desproteção social. Essa situação impulsiona a institucionalização de crianças e adolescentes, enquanto medida protetiva expressa pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Reflexos da violência intrafamiliar na institucionalização de crianças e adolescentes

Os dados fornecidos pelas participantes da pesquisa indicam que, entre os meses de junho/agosto de 2024, nas 5 unidades de acolhimento dos 4 municípios da mesorregião da Zona da Mata Mineira, havia 78 crianças e adolescentes acolhidos, sendo 41 (52,6%) do sexo feminino e 37 (47,4%) do sexo masculino. Esses dados se apresentam condizentes com o cenário nacional de acolhidos em unidades de acolhimento e no programa Família Acolhedora, nos quais 51% também são crianças e adolescentes do sexo feminino no mesmo período acima mencionado, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2024).

Entre as crianças institucionalizadas nos municípios em estudo, havia uma prevalência de adolescentes em detrimento do número de crianças, também em consonância à realidade brasileira mais ampla. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 22 de novembro de 2024 havia maior número de crianças até os dois anos de idade, porém, acima dessa idade, o número decaía, voltando a aumentar na faixa dos 08 anos, e crescendo de maneira mais acentuada após a idade de 14 anos.

As principais causas da institucionalização nas cinco unidades de acolhimento foram: negligência (8), abandono dos pais ou responsáveis (8), dependência química dos pais ou responsáveis (8), orfandade por morte dos pais ou responsáveis (3), violência doméstica (3), exploração sexual de crianças e adolescentes (3), abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3), transtorno mental (problemas psiquiátricos/psicológicos) dos pais ou responsáveis (2), vivência em situação de rua (2), pais ou responsáveis portadores de deficiência (1) e adoção ilegal (1), dentre outras⁴.

As causas mais citadas por todos os informantes de todas as instituições foram a negligência familiar, abandono dos pais ou responsáveis e a dependência química dos pais ou

⁴ As instituições mencionaram mais de uma causa para a institucionalização das crianças e adolescentes.

responsáveis. Acerca da negligência, Ferreira (2014) menciona que essa é uma das principais causas de institucionalização de crianças e adolescentes no estado de Minas Gerais. O Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) considera como negligência familiar as situações em que os pais e ou responsáveis não atendem às necessidades físicas, emocionais, educacionais ou médicas de crianças e adolescentes. Entretanto, é necessário problematizar esse termo “guarda-chuva” que abarca diversos tipos de violação e desproteção social. Berberian (2015, p. 50) observa que, no âmbito da política social, várias “situações são entendidas como negligência sem qualquer recorrência à totalidade desses sujeitos, desconsiderando sua concreta inserção em uma sociedade que é real e se configura de maneira objetiva, com rebatimentos objetivos.” Essa visão pode levar a uma moralização e culpabilização da família que está em situação de desproteção social, sem considerar o papel do Estado como provedor de um sistema de garantia de direitos. A autora menciona ainda que, como não há critérios objetivos para definir que alguém é negligente, tal enquadramento corresponde a uma avaliação negativa em relação ao não cumprimento de alguma de suas responsabilidades, frequentemente envolvendo uma avaliação moral, com julgamento de valor, que inviabiliza que as famílias consigam superar o fator gerador de violência.

Em relação à violência como causa de destituição de poder familiar e/ou acolhimento de crianças e adolescentes nas cinco instituições analisadas, Farias (2022) menciona que a violência na sociedade capitalista é resultado das desigualdades sociais e da luta pela sobrevivência, que compõem a “questão social”⁵. Sem ter meios de subsistência nesse sistema contraditório e excludente, e recebendo as influências de estrutura patriarcal e dominadora, a violência se constitui como uma forte expressão da “questão social” e que geralmente acontece no recinto privado da vida familiar. Na estrutura da sociedade patriarcal, a violência intrafamiliar se manifesta quando a autoridade do patriarca é confrontada e diante das respostas negativas que ameaçam o poder patriarcal.

Considera-se como violência intrafamiliar os tipos de violência que ocorrem dentro do ambiente doméstico, entre marido e mulher, entre os genitores e filhos e entre outros membros da família. Dessa forma, quando a violência tende a ser reproduzida sobre as crianças ou na presença destas, pode ocorrer o acolhimento das crianças e adolescentes, e a possível destituição do poder familiar.

⁵ Na visão de Yamamoto (2001), a “questão social” é resultado da produção coletiva e apropriação privada dos bens. Enquanto os detentores dos meios de produção acumulam riquezas, os trabalhadores ficam submetidos à pauperização, que se desdobra em diversas expressões da “questão social”, como a fome, o desemprego, a submoradia, a pobreza, o analfabetismo e a violência.

As crianças e adolescentes que vivem em ambiente de violência familiar, muitas vezes reproduzem esse comportamento em suas ações, principalmente quando não estão dispostas a cumprir regras ou receber palavras negativas das oito entrevistadas, sete mencionaram que as crianças e adolescentes vítimas de violências intrafamiliares, acolhidas nas instituições, demonstram agressividade em suas palavras e ações. Como destacou a entrevistada 5, as práticas de violências vividas por essas crianças e adolescentes são reproduzidas “de forma involuntária e inconsciente” entre as próprias crianças e adolescentes, e destas com a equipe dentro das instituições, em especial com as cuidadoras sociais. Na percepção da entrevistada, “algumas atitudes da criança ou adolescente são espelho do que ela vivenciou. E aí, a gente trabalha com a temática da não violência.”

Dentre os desafios postos nesse trabalho está o de romper com a reprodução da violência e ressignificar as práticas cotidianas de sociabilidade que exigem lidar com regras e o recebimento de respostas negativas. Essa situação reverbera no comprometimento da saúde mental, no autocuidado e na higiene pessoal, além da baixa autoestima e as dificuldades dos adolescentes criarem vínculos de confiança, como evidenciou a entrevistada 3:

Olha, elas reagem da mesma forma com o que elas aprenderam dentro de casa. A gente tem um caso de irmãos que sofreram violência física, que eles reproduzem [esses comportamentos] dentro da instituição, agindo de forma violenta, com agressividade. Eles mordem, chutam, têm dificuldades para se relacionar e de criar vínculo com outras crianças e até mesmo com a gente [equipe da instituição]. E também para obedecer a regras e seguir ordens. A gente pede, mas eles fazem ao contrário do que a gente pede. É claro que isso também vem de alguns transtornos que a criança desenvolve, né? Mas elas têm muita dificuldade. [...] Tem que fazer um trabalho bem intenso junto com o grupo, órgãos, para conseguir estabilizar uma convivência adequada (Entrevistada 3, 2024).

Ao abordar o ciclo de repetição de violências, Saffioti (2015) utiliza o termo “síndrome do pequeno poder” para se referir a pessoas que possuem um certo poder e adotam um comportamento autoritário e opressivo para fazer valer as suas ideias e vontades, sem se importar com as consequências e problemas que pode causar. A pessoa que tem essa síndrome não se contenta com a sua parcela de poder e assume uma posição superior, exorbitando a sua autoridade. Esse comportamento pode se expressar entre pessoas que foram oprimidas ao longo de várias gerações e, por isso, não conseguem romper com a violência, a naturaliza e a reproduz, se tornando também um opressor, perpetuando a violência intrafamiliar. Na visão da autora, essa síndrome é um problema social e não individual, pois se manifesta em ambientes hierárquicos onde estão presentes o patriarcalismo, o adultocentrismo e a submissão das relações de gênero.

No que se refere ao acompanhamento de genitoras vítimas de violência e da reprodução da violência intrafamiliar com os filhos, sete entrevistadas (87,5%) afirmaram que percebem que há uma reprodução da violência, o que reflete negativamente na vida das crianças e adolescentes institucionalizados, podendo comprometer o seu desenvolvimento físico e mental e na sua sociabilidade. Esses dados confirmam as análises de Saffioti (2015) quanto a perpetuação do ciclo da violência, situação na qual um oprimido se torna opressor, o que foi evidenciado na fala da entrevistada 8:

[...] o adolescente reproduz aquilo que ele aprendeu. E, nesse contexto familiar, foi aprendido ser agressivo, porque o pai era agressivo ou vive em uma comunidade agressiva. Então, para ele, aquilo é normal, ele cresceu naquele meio que ele percebe que está certo. Então, [ao ser confrontado] ele considera que nós estamos errados! Então, eles chegam aqui com a ideia de que o que estamos ensinando para eles não existe [na sua realidade]. E aí, a gente tem que trabalhar esse adolescente para mostrar que aquela vivência que ele teve não é a certa [que há outras formas de reação possíveis]. E é desafiador mexer na mentalidade de um adolescente que tem essa informação. [...] Então, para resolver os conflitos dele, ele vai ser violento dentro da instituição ou na escola. Vai ter problemas mentais, vai ter problemas com traumas, ansiedade. Tem adolescente que, às vezes, se automutila, tem depressão. [...] Então, já mexe também com a saúde mental desses adolescentes. São adolescentes que têm baixa autoestima, tem isolamento social, comportamentos atípicos, dificuldades na escola. Então, são vários desafios que esses adolescentes trazem para a gente (Entrevistada 8, 2024).

Diferentemente dos demais participantes da pesquisa, a entrevistada 5 apontou que nos casos em que as genitoras são vítimas de violência e reproduzem a violência intrafamiliar com os filhos, ela não acompanha tais casos, mas direciona esse trabalho para a rede socioassistencial. “Quando tem presença de violência, dificilmente essa criança vai ser reinserida [...]. Existem históricos sim, mas a gente não acompanha. Porque aí acaba sendo um acompanhamento da assistência social”. Embora essa profissional mencione que não acompanha os casos de violência, direcionando para outros serviços, discorda-se desse posicionamento. Mesmo quando a equipe técnica de nível superior não atua diretamente com as violações de direitos que acomete os genitores, de maneira transversal, trabalha-se com a violência que se faz presente no cotidiano das famílias cujas crianças e adolescentes se encontram institucionalizados. Conforme as atribuições mínimas da equipe de nível superior, tanto em Casa Lar como em Abrigo, previstas nas Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento de Crianças e Adolescentes (CMDCA/CNAS, 2009), esses profissionais devem realizar acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar. Ou seja, durante o acompanhamento familiar, se faz necessário a

realização de orientações acerca das violações de direitos que envolvem, por vezes, a violência intrafamiliar.

Acerca do trabalho da equipe técnica com as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias, as maiores vítimas de violência apontadas nas entrevistas são as genitoras, e as crianças e adolescentes. Todas as entrevistadas sinalizam que o trabalho em casos de violência é direcionado para a rede, mas destacam a naturalização da violência, por circunstâncias culturais, históricas ou sociais.

A entrevistada 4 destacou a importância de se fazer um trabalho de educação e prevenção com os homens, visando discutir aspectos ligados ao comportamento violento. A profissional acredita que, assim como há equipamentos voltados para o atendimento de mulheres vítimas de violência, deveria haver dispositivos e equipamentos que realizam um trabalho com os homens contra a violência doméstica, demonstrando o reflexo da violência na vida familiar, principalmente sobre as crianças e adolescentes. “A gente recebe muitos casos de situações de violência e maus-tratos físicos com as crianças e adolescentes. [...] E não temos para onde enviar essas pessoas.”

Para que se possa trabalhar a demanda identificada, o encaminhamento acontece de acordo com os tipos de dispositivos e regulamentação existentes no município. A entrevista 6 menciona que há “muitos casos de violência psicológica e da violência sexual” que exigem um trabalho em rede: “A gente encaminha para o CREAS, que faz o atendimento diretamente com a família. E também fazemos encaminhamentos para a saúde, para um atendimento clínico, psicológico e psiquiátrico.”

Contudo, nem todos os municípios possuem o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), haja vista que, segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (CNAS, 2008), só há financiamento para o CREAS nos municípios de Pequeno Porte II, Médio Porte, Grande Porte e Metrópole. Desta forma, os municípios de Pequeno Porte I, que possuem menos de 20.000 habitantes, não possuem o CREAS, exceto se for criado e custeado pelo ente municipal. Nos municípios que não possuem CREAS, o atendimento e acompanhamento das famílias cujos direitos foram violados, como as mulheres vítimas de violência doméstica, tende a ser realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Todas as entrevistadas apontaram uma correlação entre a estrutura patriarcal, violação de direitos e institucionalização das crianças e adolescentes. Os dados mostram que a estrutura patriarcal se expressa na vida dessas mulheres na dependência dos companheiros, na

culpabilização e responsabilização pela falha na proteção dos filhos e na ruptura com a centralidade da família.

A entrevistada 8 mencionou que, frequentemente, as figuras de autoridade nas famílias exercem controle abusivo sobre as crianças e adolescentes que chegam ao abrigo, tais como, abuso sexual, violência doméstica, abuso físico e até exploração sexual. Embora a sociedade tenha mudado em diversos aspectos, o poder concentrado nas mãos dos homens permanece como realidade vivenciada por muitas famílias, resultando em dominação, opressão e violência.

A entrevistada 8 também mencionou que, em muitos casos, as mães acabam se silenciando diante da violência, por medo ou dependência, permitindo que os abusos continuem. Destacou que são frequentes as situações em que adolescentes chegam ao abrigo após serem vítimas de violência ou abuso, com o conhecimento da mãe que se cala por medo do agressor. Há casos em que as denúncias de violência física envolvem toda a família, levando crianças e adolescentes a buscarem proteção nas instituições.

Na reprodução da estrutura patriarcal, além das mulheres presenciarem a violência, elas são ameaçadas, responsabilizadas e culpabilizadas pela “falha” no cuidado com as crianças e adolescentes, como será discutido a seguir.

Responsabilização feminina pelo cuidado de crianças e adolescentes

Das oito profissionais entrevistadas, seis (75%) afirmaram que prevalece nas unidades de acolhimento as famílias monoparentais referenciadas por mulheres (mãe, tias e avós).

A maioria aqui é família monoparental e extensa, formada apenas pela genitora e é a que mais acompanha os atendimentos realizados na casa. Geralmente, é avó ou tia que procura. Tia, tio, a gente tem até casos em que tem um tio paterno que tem a guarda, mas a maioria é a mulher (Entrevistada 3, 2024).

Essa informação dialoga com os dados do DIEESE (2023) e do IBGE que apontam o crescimento do número de famílias monoparentais referenciadas por mulheres no Brasil, embora não tenha se superado o número de famílias nucleares. Contudo, Moreira (2013) menciona que há um maior número de famílias monoparentais femininas e reconstruídas recebendo medidas protetivas, dentre estas, a institucionalização de crianças e adolescentes.

Uma entrevistada mencionou que, apesar de haver os progenitores, a responsabilização pelos cuidados, acompanhamentos e responsabilização pela proteção recai majoritariamente sobre as mulheres, especialmente as genitoras.

Nos meus atendimentos sociais individuais com a família, sem sombra de dúvida, a participação feminina é bem maior. Temos sim algumas exceções que têm mais a ver com questões de conflitos familiares e questões financeiras, do que o próprio cuidado. Dois casos que eu tenho lá na

instituição, de uma presença masculina no cuidado, mas são os avós que estão por trás do cuidado com as crianças adolescentes. Tenho muitas crianças que não têm o registro da paternidade, então, sem sombra de dúvida, o fator feminino sobressai (Entrevistada 4, 2024).

As mulheres não só são responsabilizadas pelo cuidado, como também pelo “não cuidado” que gerou a perda do poder familiar. Das oito entrevistadas, cinco apontam que as genitoras são as mais responsabilizadas, e três afirmam que são os dois. Cabe destacar que não houve respostas em que o genitor sozinho foi o principal responsável no processo de acompanhamento. A ausência dos genitores é citada nas entrevistas em relação aos casos em que não há registro paterno e que não conhecem o genitor, conforme apontado pela entrevistada 4.

A figura feminina é sempre a mais responsável pela falta de cuidado, e isso não só vem da família, é todo um histórico familiar que considera a mulher sempre como a culpada, a que faltou com o cuidado. Tem um caso que atendo que o pai está em cena, mais do que a mãe. Só que o pai sempre entra em cena culpando a mãe e quando eu atendo uma mãe, ela não culpa o pai, ela tenta de todas as formas tirar a criança da instituição, então ela arruma o emprego, ela mantém os horários, agora o pai não, ele tem essa questão de culpar (Entrevistada 4, 2024).

Como o acolhimento institucional tem o caráter provisório, sendo uma medida de proteção no momento em que crianças e adolescentes se encontram em risco físico/psicológico, os técnicos devem buscar o retorno para a família nuclear, extensa ou substituta. O trabalho com as famílias das crianças e adolescentes institucionalizados é realizado com os dois genitores, mesmo que não estejam juntos, avaliando o vínculo e o comprometimento, buscando fazer a reaproximação das crianças e adolescentes. Nesse processo de tentativa de reaproximação com os genitores, cinco das entrevistadas apontam o predomínio da participação feminina, na condição de mães, avós e tias.

A maior reaproximação geralmente é com as mães. Tem situações que o pai realmente não quer o compromisso, ele já não tem vínculo com o filho, ele já não tem vínculo mais com a mãe. Há aquele que vive dominado pelo machismo, tem uma dificuldade maior em aderir às direções, então ele não é tão presente nos chamamentos. As mulheres, por outro lado, vão abraçando mais e acabam sendo mais próximas e mais frequentes (Entrevistada 7, 2024).

A mãe, com certeza, é muito mais presente. Quando não a mãe, a avó ou a tia. Sempre a figura feminina. [Há casos em que] o convívio com a genitora não ocorreu ou foi só na primeira infância. Mas as mulheres da família, seja na família extensa, seja uma madrinha, [quem faz a aproximação] sempre são as mulheres (Entrevistada 1, 2024).

Aqui acompanhamos apenas uma família em que os dois genitores são presentes. E aí conseguimos cobrar mais dos dois de forma igual, apesar do genitor ser pai só de uma filha e a mãe ter mais duas crianças aqui na instituição. Nos demais casos, a gente acompanha mais a mãe. Os pais são

bem mais ausentes. Tem uma outra família que a gente acompanha só o genitor, que é o que tem interesse na guarda, e as outras é só a genitora, sem a presença do pai. Geralmente a gente não sabe nem quem são os pais (Entrevistada 3, 2024).

Percebe-se que, mesmo quando é possível identificar o acompanhamento dos dois genitores, a maior responsabilização pela criança recai sobre a mulher, independentemente de ser a genitora ou não. Moreira (2013) menciona que mesmo nos casos de famílias reconstituídas há uma maior responsabilização das mulheres.

A entrevistada 7 narra a sua percepção sobre o sistema patriarcal, com uma análise sob o viés da centralidade da família e o seu papel, e destaca que essa desigualdade entre homens e mulheres compromete a dinâmica familiar e a vida das mulheres. Segundo essa entrevistada, o sistema patriarcal, ainda presente, deixa marcas ao perpetuar a subjugação feminina, muitas vezes por meio da dependência emocional, física e financeira. Ainda pela percepção da referida entrevistada, a ausência do homem como provedor desestrutura o núcleo familiar, sobrecarregando a mulher com responsabilidades que podem gerar problemas de saúde mental. Essa sobrecarga, por vezes, leva ao uso de álcool ou drogas, criando um ciclo de autodesvalorização que afeta também os filhos. A ruptura em qualquer modelo familiar abala sua estabilidade, destacando a importância da coesão para o bem-estar de todos os membros.

Contudo, cabe pontuar, que a percepção da entrevistada 7 reforça a ideia de que a presença do homem é que garante uma dada estabilidade familiar, seja financeira ou emocional, ou seja, reforçando a imagem do homem enquanto provedor do lar, da moralidade e símbolo da dita estrutura familiar. Perspectiva essa, como anteriormente já exposto, construída histórica e socialmente do papel da mulher e do homem no espaço doméstico, reforçado pelo sistema patriarcal.

A entrevistada 7 também mencionou que, além da ausência paterna, há uma sobrecarga sobre as mulheres, especialmente para as mães, quando assumem o papel de provedoras do lar:

[...]aí ela acaba não dando conta, o que vai sobrecarregando física e emocionalmente, o que tem sido um grande gerador de problemas mentais, da saúde mental, levando-a a buscar refúgios em álcool e drogas. Aí ela se vê incapaz, porque não consegue mais gerir a sua casa. Aí vem os ciclos, pois ela já se sente incapaz, desconta em si mesma e nos filhos. Então a questão [...] de não ter um lar estruturado, não que seja necessária a figura do homem na casa, mas quando há essa quebra, desestrutura sim a família. Hoje a gente sabe que existem vários modelos de família, mas quando elas já nascem nessa estrutura, então ela vai ser gerada dentro dessa estrutura (Entrevistada 7, 2024).

A entrevistada 4 também menciona que a estrutura patriarcal gera maior pressão nas genitoras sobre o cuidado e a responsabilização da ausência dele. As próprias crianças e

adolescentes as culpabilizam por estarem acolhidos, e eximem o genitor - em alguns casos eles nem conhecem o genitor.

Sem sombra de dúvida, eu vejo ausência de proteção e também a questão da dominação. Hoje a gente tem muitas crianças e adolescentes que a figura paterna não existe, ela é só de papel, e as crianças reproduzem uma culpabilidade da mãe, da genitora. Eles pensam: “eu estou aqui por causa dela, ela falhou, ela não cumpriu o papel dela. Estou aqui por ela não ter cuidado, não ter me dado a proteção.” Dificilmente as crianças perguntam pela figura masculina, perguntam se vão vir, mas quando eles aparecem, tem alguns que ficam mais agressivos. Então, eles reproduzem [a violência] na forma de agressão, às vezes de uma forma grosseira, quando tem poucos contatos com a figura masculina. Então, eu vejo que a estrutura patriarcal é bem presente na instituição, até no comportamento das crianças (Entrevistada 4, 2024).

Esses dados dialogam com as análises de Machado e Moura (2023) ao apresentarem que os ciclos de violência, o histórico de vulnerabilidade das famílias, especialmente das mulheres, são questões estruturais advindas da sociedade capitalista e patriarcal que influem na desigualdade de gênero. Quando os homens entendem que as mulheres não cumprem com os papéis que lhes são socialmente construídos, elas passam a ser responsabilizadas e perdem a guarda de seus filhos, bem como são as responsáveis pelo acompanhamento e pedido para reaver a guarda.

A importância do trabalho intersetorial na rede protetiva

Ao retratar a experiência de trabalho junto às famílias de crianças e adolescentes institucionalizados, as entrevistadas apontam as expressões da questão social como o fator preponderante nos relatos. Afirmaram que, para iniciar o trabalho com as famílias, é preciso conhecer a realidade social a fim de identificar os fatores que levaram ao processo de acolhimento institucional, identificando quais as violações de direitos estão presentes, para que possam intervir.

Se é uma falta de dinheiro, a gente vai recorrer aos benefícios, aos programas sociais. Se é evasão escolar, a gente vai recorrer às escolas, saber quais são os motivos. Então, a gente começa a trabalhar e a buscar os direitos e, principalmente, o direito à restauração da identidade. A maioria chega sem ter esse conhecimento de quem são, alguns deles chegam sem documento. Então, primeiro a gente faz esse trabalho com eles, a restauração da identidade e depois vai trabalhar a busca de direitos para a família, no contexto geral (Entrevistada 7, 2024).

Ao discorrer sobre as intervenções técnicas no cotidiano profissional, todas as entrevistadas sinalizam a centralidade do trabalho com a rede intersetorial para fazer os encaminhamentos. Demonstram que, no cotidiano profissional, o quão importante é o trabalho em rede para a proteção integral e garantia dos direitos das crianças e adolescentes

institucionalizados, conforme preconiza o ECA. As famílias cujas crianças e/ou adolescentes se encontram institucionalizados também são acompanhados pela rede de proteção social da Política de Assistência Social, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A restauração do vínculo comunitário e familiar é trabalhado pela equipe técnica que compõe o CRAS e a violação dos direitos que envolvem a família pela equipe técnica do CREAS.

Das oito entrevistadas, três enfatizaram como é desafiador o trabalho realizado com as famílias:

A gente observa quais são as violações de direitos que foram acontecendo com a criança, faz contato com a rede. Se a família não é acompanhada, a gente pede para inserir no CRAS ou CREAS. Se já é acompanhada, a gente pede para dar continuidade com o envio de relatórios (Entrevistada 5, 2024).

Os fatores socioeconômicos, questão de violência, saúde mental, a gente vai encaminhar para a rede, para que essas famílias possam ter uma melhora significativa e esses adolescentes possam retornar para o seio familiar, porém não voltar como estava, mas com mudança, né? Porque algum familiar pode ter algum problema de saúde, que possa estar interferindo na negligência familiar, impedindo-o de conseguir gerir essa família, de ter violência física. Então, a gente precisa encaminhar para a saúde, ou mesmo para o CRAS ou para o CREAS e, junto à rede, a gente vai trabalhar com essas famílias (Entrevistada 8, 2024).

A fala das técnicas evidencia a desproteção social que as famílias se encontram e que podem ocasionar a institucionalização de crianças e adolescentes. Mostra que, diante de um cenário cada vez mais precário, com desmonte de políticas públicas e direitos sociais, o Estado familista responsabiliza as famílias pela proteção social, deixando-as cada vez mais desprotegidas, conforme apontado por Arantes (2024). Essa situação ocasiona uma maior responsabilização da família pelo cuidado na expectativa de garantir a proteção social, sem que o Estado garanta a proteção ou as condições mínimas para que a família exerça o “papel ideologicamente esperado” de proteção.

Diante do recuo do Estado, imputa-se uma maior responsabilização familiar. Quando essa família falha no seu papel protetivo esperado, o Estado intervém através da institucionalização (Machado; Moura, 2023). Após o abrigo, as famílias passam a ser alvo de políticas públicas protetivas, o que implica no trabalho dos técnicos de nível superior em todas as esferas de proteção social da política de assistência social. Nesse sentido, torna-se um grande desafio proteger as crianças, adolescentes e suas famílias, sem responsabilizá-las ou culpabilizá-las pelas violações de direitos que as acometem, visando o desacolhimento enquanto objetivo central para a garantia do direito à convivência familiar. “Por mais que seja muito difícil, a gente precisa acreditar que aquela família tem condições de superar a situação

que fez com que a criança viesse para o acolhimento, senão não faz sentido, senão a gente só acolhe e nunca vai haver a reintegração” (Entrevistada 2, 2024).

A fala dessa técnica remete ao que Iamamoto (2009) pontua ao afirmar que os assistentes sociais não podem ser fatalistas, ou seja, achar que a situação está dada e que não há nada que possa reverter o quadro frente às contradições próprias do sistema capitalista. É preciso compreender que a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho, atendendo tanto às demandas do capital, quanto às necessidades dos usuários. A partir da relativa autonomia profissional, é preciso atuar de maneira que possibilite romper com a visão unilateral das relações sociais frente ao conservadorismo, imprimir uma atitude investigativa que analise a totalidade dos fatos, visando romper com o fatalismo e com a culpabilização dos indivíduos frente às expressões da questão social.

Refinando as análises por meio do software Iramuteq

Os dados das entrevistas foram submetidos a análise pelo software Iramuteq, conforme proposto por Bardin (2011), utilizando as opções *Nuvem de Palavras*, *Análise de Similitude* e *Análise Fatorial de Correspondência*. Ao articular dados qualitativos, quantitativos e linguísticos, o Iramuteq corrobora com uma análise da influência do patriarcado na institucionalização de crianças e adolescentes.

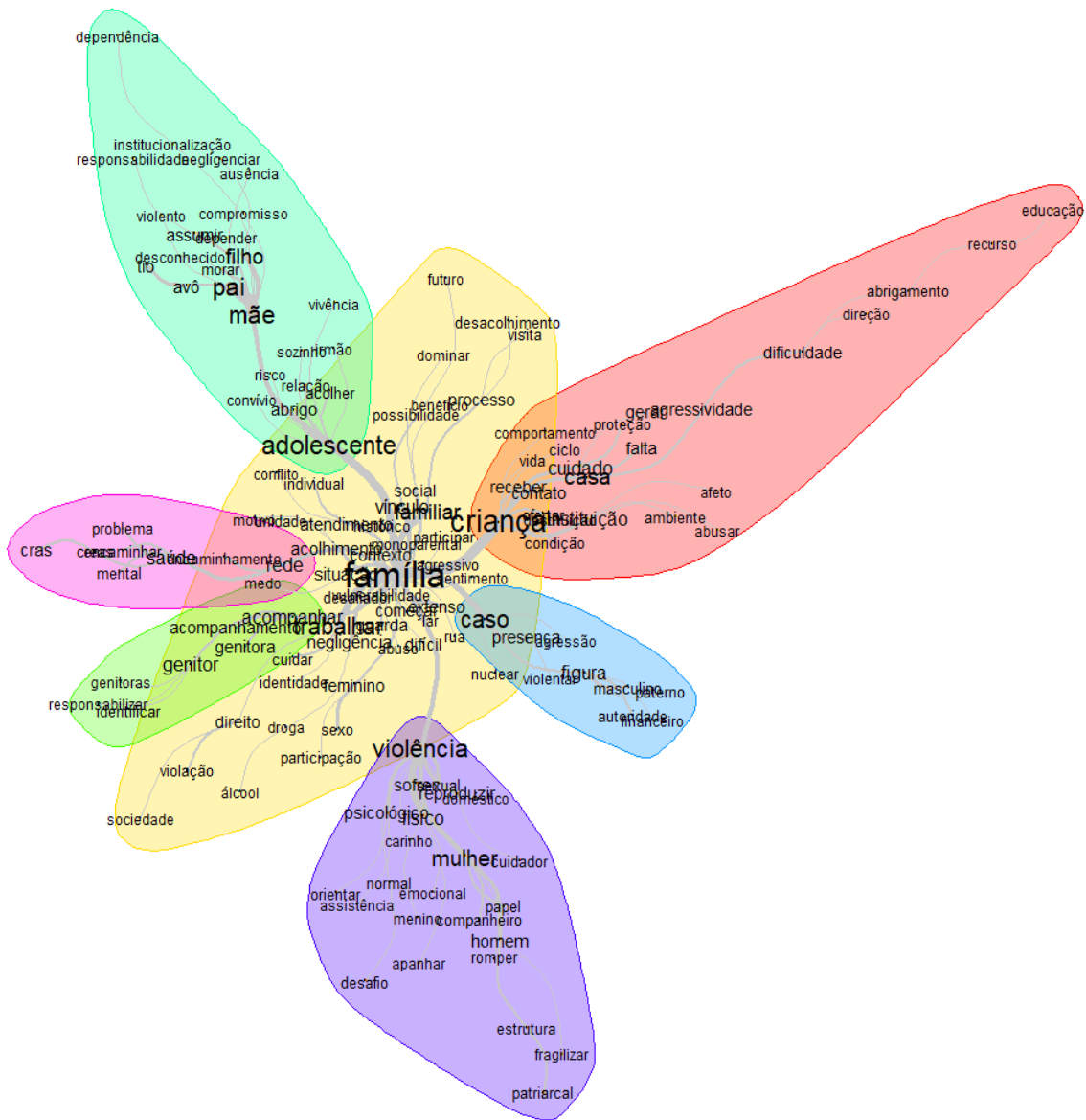
A nuvem de palavras tem como destaque a palavra “família”. Ou seja, nas entrevistas, há uma ênfase, como anteriormente já pontuado, acerca do familismo, da maior responsabilização da família pela proteção social de crianças e adolescentes. A palavra família merece real destaque, haja vista que é constantemente responsabilizada pelos cuidados, bem como é por ela que ocorre o acompanhamento, pois é através da família que se requer a recuperação da guarda das crianças e adolescentes. Ou seja, a instituição família é constantemente levantada nas entrevistas, tanto ao abordarem o seu trabalho dentro da instituição, bem como o acompanhamento familiar e as repercussões na família da institucionalização de crianças e adolescentes.

A nuvem de palavras também destaca a desigualdade entre os gêneros, reafirmando o quanto o sistema patriarcal impacta na institucionalização de crianças e adolescentes. Além do termo crianças e adolescentes serem constantemente apontados nas falas, segue-se por violência. Ou seja, reafirma-se os dados já apontados do quanto a violência de gênero e intrafamiliar gera o próprio abrigamento, bem como reflete no comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento. Ou seja, o sistema patriarcal, que gera opressão e desigualdade, atribui um status de inferioridade à mulher e um certo “poder” ao

enorme destaque para a violência, seguido por negligência, agressividade, dificuldade, abuso, agressão, álcool, drogas, apanhar, dentre outros relacionados à violência.

Já a análise de similitude se aproxima muito dos dados relativos à nuvem de palavras, destacando que o termo família abrange todas as esferas apontadas pelas entrevistadas, confirmando o quanto a família é central tanto nos motivos que geram o abrigo, quanto no acompanhamento da institucionalização e do processo de recuperação do poder familiar.

Figura 2 – Análise de similitude.



Fonte: Iramuteq, 2024.

No que tange ao acompanhamento, fica claro que o sexo feminino se sobressai ao masculino, evidenciando o quanto as mulheres são mais responsabilizadas pelo cuidado, bem como culpabilizadas pelo abrigo, conforme exposto por Moreira (2013). Fica evidente a culpabilização das expressões da questão social vividas pelas famílias, especialmente sobre as mulheres, que acarretam o abrigo e a perda do poder familiar de crianças e adolescentes.

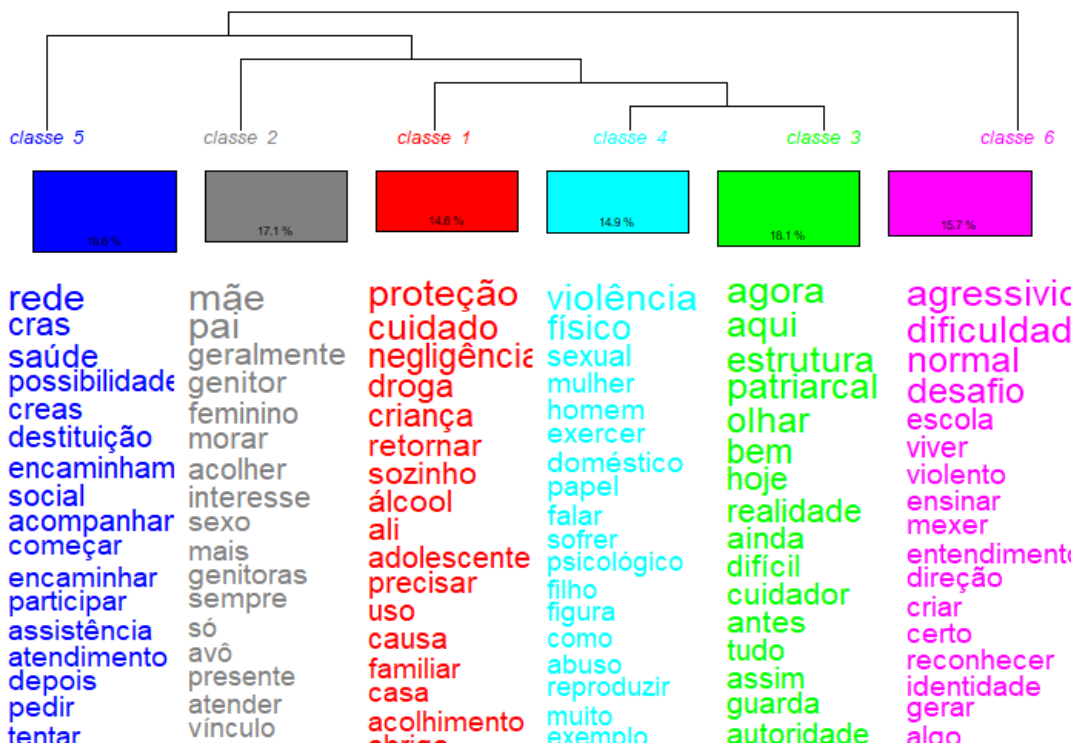
Quando se analisa o comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento, sobressai-se os termos casa (referindo-se à casa lar ou abrigo), ambiente, agressividade, comportamento, abusar, condição, dificuldade. Isso demonstra como os impactos negativos da vida pregressa dessas crianças e adolescentes incide sobre o comportamento deles dentro das instituições acolhedoras.

O núcleo da violência aparenta estar diretamente associado à mulher, ao sistema patriarcal, apontando o lado psicológico dessa relação através das palavras sofrer, apanhar, fragilizar, psicológico, carinho, dentre outras.

A análise de similitude também evidencia a importância da rede intersetorial no que tange aos cuidados com as crianças e adolescentes acolhidos, bem como com as respectivas famílias. Sobressai-se os termos problema, saúde, mental, encaminhamento, medo e CRAS. Cabe salientar que no CRAS não há acompanhamento em saúde, e sim em assistência social, visando a prevenção de violação de direitos sociais e o fortalecimento de vínculos com a família e a comunidade, mas demonstra o quanto importante se faz o trabalho em rede entre a política de assistência social e de saúde, visando garantir a proteção integral das crianças e adolescentes, e suas famílias.

A importância do trabalho em rede intersetorial também é perceptível na análise fatorial de correspondência, que corresponde a 19,6% das respostas das entrevistadas. Esse instrumento de análise, por meio dos termos rede, CRAS, saúde, possibilidade, CREAS, destituição, encaminhamento, acompanhar e participar, demonstram a importância que a rede possui durante todo o processo, desde a institucionalização de crianças e adolescentes, como no processo de acompanhamento visando a desinstitucionalização e o acompanhamento posterior. Nesse processo, a equipe técnica de nível superior das unidades de acolhimento, além do acompanhamento durante o período de abrigo, deve manter o acompanhamento da criança e/ou adolescente que retorna para a família de origem ou para a família extensa, pelo período mínimo de seis meses.

Figura 3 – Análise Fatorial de Correspondência.



Fonte: Iramuteq, 2024.

Na classe 1 de palavras (letras vermelhas), que corresponde a 14,8%, é destacado o sistema de proteção das crianças e adolescentes. Os termos negligência, droga, álcool, sozinho, causa, acolhimento, dentre outros, revelam a desproteção social a que as crianças institucionalizadas estão submetidas, advinda da família ou do Estado.

A classe 2 (letras cinzas), que corresponde a 17,1% das entrevistas, relaciona diretamente às questões de gênero, tais como mãe, pai, genitor, feminino, sexo, genitoras, vínculo, acolher. Segundo a análise fatorial de correspondência, o sexo feminino se sobressai ao masculino, confirmando a desigualdade de gênero expressa na análise das entrevistas e destacada por Saffioti (2015) e Arruza (2015).

A classe 4 (letras de cor ciana), que corresponde a 14,9%, retrata as principais causas da institucionalização de crianças e adolescentes. As palavras remetem à questão da violência como central do processo de institucionalização e da influência do patriarcado no processo de abrigamento de crianças e adolescentes. As palavras que sobressaem envolvem a relação entre homens e mulheres, apontando para a violência física, sexual, no ambiente doméstico, articulado a termos como abuso, reproduzir, dentre outros.

A classe 3 (cor verde), que corresponde a 14,1%, por meio das palavras aqui, agora, hoje, realidade, difícil, guarda, reafirma que a estrutura patriarcal impacta no processo de guarda e perda do poder familiar, implicando na institucionalização de crianças e adolescentes.

Por fim, na classe 6 (cor rosa), que corresponde a 15,7% das informações, as palavras agressividade, dificuldade, desafio e violento confirmam o quanto a estrutura patriarcal influencia o comportamento das crianças e adolescentes abrigados nos municípios da mesorregião da Zona da Mata Mineira. Demonstram o quanto a reprodução do ciclo de violência está atrelada ao processo de institucionalização e refletem no comportamento das crianças e adolescentes dentro das unidades de acolhimento, como também na educação, na dificuldade de entendimento, de autorreconhecimento e de identidade.

Considerações finais

Cheney (2018) defende que os estudos da infância avançam como um campo interdisciplinar, focado na justiça social e na diversidade epistêmica, em um processo que prima pelo questionamento das suposições patriarcais, adultícias e coloniais, tanto na academia quanto nas políticas de desenvolvimento internacional. Entretanto, os dados revelam o quanto essa perspectiva emancipadora está distante da realidade estudada. A infância ainda precisa ser pensada associada às relações patriarcais e de gênero que levam à institucionalização de crianças e adolescentes.

As reflexões realizadas ao longo deste estudo afirmam que o patriarcado influencia diretamente a institucionalização de crianças e adolescentes, na Zona da Mata Mineira. A estrutura patriarcal, sustentada por desigualdades de gênero e papéis historicamente atribuídos às mulheres, impõe a elas a responsabilidade predominante pelo cuidado familiar, incluindo o cuidado sobre crianças e adolescentes. Esse peso, combinado com as pressões econômicas, sociais e culturais, frequentemente resulta na culpabilização das genitoras pelos desafios enfrentados no seio familiar, culminando na aplicação da medida de proteção, sendo este o processo de acolhimento institucional.

Os dados coletados por meio das entrevistas revelaram que as mulheres, enquanto mães, avós ou tias, são quase sempre as principais responsáveis pelo acompanhamento das crianças acolhidas, além de serem as maiores vítimas de violências intrafamiliares e de processos de negligência. A ausência ou a pouca participação masculina nos processos de cuidado e responsabilização familiar reflete uma dinâmica enraizada na estrutura patriarcal, que perpetua desigualdades e limita avanços em direção a uma divisão equitativa de responsabilidades.

As análises realizadas pelo software Iramuteq reforçaram a centralidade da família e a naturalização do papel feminino nos cuidados, evidenciando ainda como a violência de gênero e a reprodução de ciclos de violência impactam no comportamento de crianças e adolescentes acolhidos. O comportamento agressivo, a dificuldade em estabelecer vínculos e a reprodução

de práticas violentas apontam para a necessidade de intervenções focadas não apenas nos acolhidos, mas também nas famílias, com um olhar que contemple as relações sociais e a dinâmica de gênero.

O estudo também mostrou a relevância do trabalho intersetorial no acompanhamento das famílias e no processo de desinstitucionalização, ressaltando o papel das políticas públicas na garantia de proteção social. No entanto, o modelo de Estado familista, predominante no Brasil, transfere para as famílias, sobretudo para as mulheres, muitas das responsabilidades que deveriam ser assumidas pelo Estado, fragilizando ainda mais as redes de proteção e perpetuando o ciclo do desamparo social.

Assim, conclui-se que é indispensável repensar as estruturas patriarcais e capitalistas que sustentam essas desigualdades. É necessário fortalecer as políticas públicas de proteção social, ampliar o acesso aos direitos e aos serviços, promovendo uma mudança cultural que redistribua as responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres. Contudo, acredita-se que somente com a superação da ordem capitalista será possível romper com a estrutura patriarcal que potencializa a institucionalização de crianças e adolescentes.

Referências

- ARANTES, Raíssa Cristina; RIBEIRO, Daniella Borges. A família de usuários do benefício de prestação continuada: quem protege os cuidadores? *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 19, n. 56, p. 266-288, 2024.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, vol. 13, n. 2, 2023.
- BERBERIAN, Thais Peinado. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. *Serviço Social e Sociedade*, n. 121, Jan-Mar 2015.
- BHATTACHARYA, Tithi. *Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression*. Pluto Press, 2017.
- BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 jul. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA). Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes*. Brasília: CNDCA; 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Resolução Cnas nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União 2009*.
- CHENEY, Kristen. Decolonizing childhood studies: Overcoming patriarchy and prejudice in child-related research and practice. *Reimagining childhood studies*, p. 91-104, 2018.
- CNDCA/CNAS. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas para Acolhimento de Crianças e Adolescentes*. Brasília, junho de 2009. Disponível em <https://cmdca.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Orientac%C3%B5es-t%C3%A9cnicas-Criancas-e-Adolescentes-2009.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

- CNAS - CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. *Resolução CNAS nº 109 de 2009: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília-DF: Conselho Nacional de Assistência Social. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%20. Acesso em: 10 nov. 2024.
- CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento Crianças e Adolescentes*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/adocao/> Acesso em: 03 de outubro de 2024.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. The three political economies of the welfare state. *Canadian Review of Sociology*, v. 26, n. 1, p. 10-36, 1989.
- FARIAS, Rita de Cássia Pereira. *A rede de proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência em Viçosa-MG e o trabalho de assistentes sociais*. Universidade Federal de Viçosa: departamento de Serviço Social, 2022.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na cena contemporânea. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p. 16-50, 2009.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, Ano 2. nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.
- MACHADO, Gabriele Petroski; DE MOURA, Reidy Rolim. As percepções de gênero, o acolhimento institucional de crianças e o serviço social: um estudo a partir do município de Ponta Grossa. *Revista Serviço Social em Perspectiva*, v. 7, n. 1, p. 247-265, 2023.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa. Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes: uma leitura na perspectiva de gênero. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais eletrônicos), ISSN 2179-510X, Florianópolis, 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth IB. *O poder do macho*. Ministério Público do Estado da Bahia, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, Patriarcado e Violência*. Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo São Paulo, 2015.
- SARACENO, Chiara.; KECK, Wolfgang. Can we identify intergenerational policy regimes in Europe? *European Societies*, v. 12, n. 5, p. 675-696, 2010.
- VOGEL, Lise. *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Expressão Popular. São Paulo, 2022.